

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.269 - SP (2019/0011415-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : FUNDACAO SAUDE ITAU
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512
JULIANA PADILHA DA SILVA - RJ214942
RECORRIDO : ARNALDO VIEIRA DA SILVA
ADVOGADOS : ERICSON CRIVELLI - SP071334
MILTON LUIZ BERG JÚNIOR - SP230388
SARA TAVARES QUENTAL - SP256006

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. **RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** PLANO DE SAÚDE. MANUTENÇÃO DE EX-EMPREGADO COMO BENEFICIÁRIO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. POSTERIOR PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO. PAGAMENTO DA OBRIGAÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. RECURSO PREJUDICADO.

DECISÃO

Infere-se da petição inicial que FUNDAÇÃO SAUDE ITAÚ (FUNDAÇÃO) interpôs agravo de instrumento contra a decisão que, proferida nos autos da ação de obrigação de fazer nº 0046369-58.2014.8.26.0100 ajuizada por ARNALDO VIEIRA DA SILVA (ARNALDO), em fase de cumprimento de sentença, determinou que as mensalidades do plano de saúde fossem reajustadas pelos índices autorizados pela ANS, enquanto aquela não comprovasse qual o valor efetivamente pago na atualidade.

O Tribunal bandeirante negou provimento ao recurso em acórdão que recebeu a seguinte ementa:

CONTRATO – Prestação de serviços – Plano de saúde – Manutenção de ex-empregado como beneficiário do seguro saúde oferecido pela ex-empregadora – Ausência de demonstração do valor pago pela empresa – Determinação para que sejam considerados os reajustes autorizados pela ANS – Cabimento – Possibilidade de ser adotado índice de indexação divulgado por órgão oficial, enquanto não

Superior Tribunal de Justiça

apurado o montante pago pela parte patronal – Recurso improvido (e-STJ, fl. 50).

Os embargos de declaração interpostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 56/59).

Ainda inconformada, a FUNDAÇÃO manejou recurso especial calcado no art. 105, III, *a e c*, da CF, alegando dissídio interpretativo e ofensa aos arts. 1º e 4º, XVII, ambos da Lei nº 9.961/2000.

O recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 101/102).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso está prejudicado.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Da perda superveniente do interesse recursal

O STJ já consolidou o entendimento de que **fica prejudicado o recurso especial interposto contra acórdão que julga o agravo de instrumento quando prolatada sentença.**

Confira-se, a propósito, a ementa do seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. RECURSO ORIGINADO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE

Superior Tribunal de Justiça

MÉRITO. PERDA DE OBJETO DO RECURSO. PREJUDICIALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. REEXAME DA CAUSA. REJEIÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. [...]

2. *Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, fica prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento, quando se verifica a prolação da sentença de mérito, haja vista que nela a cognição é exauriente.*

3. [...]

4. *Agravo interno não provido.*

(AgInt nos EDcl no REsp 1.390.811/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, j. 20/6/2017, DJe 26/6/2017 – sem destaque no original)

No caso, após consulta no sítio eletrônico do TJSP, verifica-se que o Juízo de primeiro grau proferiu sentença de extinção do feito, em virtude do cumprimento da obrigação, **aos 30/9/2019**, estando, portanto, prejudicado este recurso.

Na forma do art. 34, XI, do RISTJ, inclui nas atribuições do relator a competência para julgar prejudicado o pedido ou o recurso em razão da perda de seu objeto.

Nessas condições, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016) **JULGO PREJUDICADO** o recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator